Educação Sociedade Culturas

n.º 74, 2026, 1-22
https://doi.org/10.24840/esc.vi74.2225

O poder do protesto na ultraperiferia: Educação, sindicalização e a construção da democracia na Madeira (1974–1978)

The power of protest in the ultra-periphery: Education, unionisation, and the construction of democracy in Madeira (1974–1978)

Le pouvoir de la contestation dans l'ultrapériphérie: Éducation, syndicalisation et construction de la démocratie à Madère (1974–1978)

Nuno Fraga[a, b]*, Sofia Silva[a, b] & António Teodoro[a]

[a] CeiED, Universidade Lusófona, Lisboa, Portugal.

[b] CIE-UMa, Universidade da Madeira, Funchal, Portugal.

Resumo

Este artigo analisa a génese e a institucionalização do movimento sindical docente na Região Autónoma da Madeira durante a transição democrática em Portugal, entre 1974 e 1978. A partir de um quadro histórico e sociológico, centrado nos legados autoritários e nos processos de profissionalização docente, discute-se o impacto daqueles legados na escola pública e as oportunidades geradas pela rutura revolucionária. Metodologicamente, a investigação recorre a uma análise documental qualitativa de fontes hemerográficas regionais e de documentação sindical primária, com destaque para as atas e os comunicados. O estudo reconstrói a transição de grupos de estudo clandestinos para uma estrutura sindical formal, enfatizando a gestão democrática das escolas, as disputas em torno da profissionalização e da carreira docente, a descolonização curricular e as tensões entre a unicidade e o pluralismo sindicais. Com base nas fontes disponíveis, sugere-se que a adoção de uma retórica radical poderá ter funcionado, em determinados contextos, como um mecanismo de defesa perante formas de insegurança ontológica vividas por alguns/mas professores/as, outrora agentes do Estado autoritário e subitamente confrontados/as com uma forte instabilidade institucional. Os dados analisados sugerem que o sindicalismo docente funcionou como um importante espaço de experimentação de formas de profissionalização emancipatória, contribuindo para questionar o paradigma educativo autoritário e para afirmar determinadas configurações de uma identidade regional autónoma.

Palavras-chave: sindicalismo docente, transição democrática, Madeira, Estado Novo, profissionalização

Abstract

This article analyses the genesis and institutionalisation of the teacher union movement in the Autonomous Region of Madeira during Portugal's democratic transition between 1974 and 1978. Building on a historical and sociological framework, focused on authoritarian legacies and processes of teacher professionalisation, it discusses the impact of authoritarian legacies on public schooling and the opportunities opened up by the revolutionary rupture.

* ***Correspondência:*** *Universidade da Madeira. Campus Universitário da Penteada. 9020-105 Funchal.*
Email: nfraga@staff.uma.pt

Este trabalho encontra-se publicado com a
Licença Internacional Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0.

Methodologically, the research draws on a qualitative documentary analysis of regional newspaper sources and primary union documentation, with particular emphasis on minutes and communiqués. The study reconstructs the transition from clandestine study groups to a formal union structure, highlighting democratic school governance, disputes over professionalisation and career structures, curricular decolonisation and the tensions between union unity and pluralism. On the basis of the available sources, it is suggested that the adoption of radical rhetoric may have operated, in specific contexts, as a defence mechanism in the face of forms of ontological insecurity experienced by some teachers, formerly agents of the authoritarian state and suddenly confronted with intense institutional instability. The data analysed suggest that teacher unionism functioned as an important arena for experimenting with forms of emancipatory professionalisation, helping to challenge the authoritarian educational paradigm and to assert specific configurations of an autonomous regional identity.
Keywords: teacher unionism, democratic transition, Madeira, Estado Novo, professionalisation

Résumé
Cet article analyse la genèse et l'institutionnalisation du mouvement syndical des enseignants dans la Région autonome de Madère pendant la transition démocratique au Portugal, entre 1974 et 1978. À partir d'un cadre historique et sociologique, centré sur les héritages autoritaires et les processus de professionnalisation enseignante, il examine l'impact des héritages autoritaires sur l'école publique ainsi que les opportunités ouvertes par la rupture révolutionnaire. Sur le plan méthodologique, la recherche s'appuie sur une analyse documentaire qualitative de sources de la presse régionale et de documents syndicaux primaires, en particulier des procès-verbaux et des communiqués. L'étude reconstitue le passage de groupes d'étude clandestins à une structure syndicale formelle, en mettant l'accent sur la gestion démocratique des écoles, les enjeux de la professionnalisation et de la carrière enseignante, la décolonisation des programmes et les tensions entre l'unicité et le pluralisme syndicaux. Elle soutient que l'adoption d'une rhétorique radicale a pu fonctionner, dans certains contextes, comme un mécanisme de défense face à des formes d'insécurité ontologique vécues par certains enseignants, autrefois agents de l'État autoritaire et soudain confrontés à une forte instabilité institutionnelle. Les données analysées suggèrent que le syndicalisme enseignant a constitué un espace important d'expérimentation de formes de professionnalisation émancipatrice, contribuant à remettre en question le paradigme éducatif autoritaire et à affirmer certaines configurations d'une identité régionale autonome.
Mots-clés: syndicalisme enseignant, transition démocratique, Madère, Estado Novo, professionnalisation

Introdução

O golpe militar de 25 de Abril de 1974 desencadeou, em Portugal, um processo de transformação política e social de grande profundidade. Para além da mudança de regime, abriu-se uma conjuntura crítica marcada por intensa mobilização social, reconfiguração institucional e redefinição de identidades profissionais. No campo educativo, este período tem sido frequentemente analisado a partir das políticas de democratização do sistema de ensino ou da expansão escolar que marcaram as décadas seguintes. Contudo, sabemos ainda relativamente pouco sobre os processos micropolíticos e profissionais que ocorreram no interior das escolas e sobre como os/as professores/as viveram e interpretaram a transição democrática.

A literatura sobre a democratização portuguesa tem sublinhado o peso dos legados autoritários e a especificidade de uma transição marcada por uma forte dinâmica revolucionária (Pinto, 2008; Rosas, 2023). No entanto, os estudos sobre educação tendem a privilegiar a análise das reformas institucionais ou das políticas públicas, relegando para segundo plano os atores profissionais e as formas de ação coletiva que emergiram nesse contexto. Esta lacuna torna-se particularmente visível no caso das regiões insulares, onde as dinâmicas da transição assumiram contornos específicos, resultantes do isolamento geográfico, da

estrutura socioeconómica, da centralidade do emprego público e das relações complexas com o poder central e, posteriormente, com o poder regional.

É neste quadro que se insere o presente artigo, que contribui para três debates: a literatura sobre legados autoritários na educação, os estudos sobre profissionalização docente e as análises sociopolíticas das transições democráticas. O estudo analisa a génese e a institucionalização do movimento sindical docente na Região Autónoma da Madeira entre 1974 e 1978, procurando compreender de que modo os/as professores/as participaram na construção da democracia no contexto escolar. Mais especificamente, interessa-nos explorar como um grupo profissional historicamente socializado num sistema educativo autoritário reagiu à súbita abertura política e às profundas incertezas institucionais que caracterizaram o período revolucionário, transformando formas dispersas de mobilização em estruturas mais estáveis de representação coletiva. Partimos da hipótese de que o sindicalismo docente emergente pode ser entendido não apenas como um instrumento de reivindicação socioprofissional, mas também como um possível dispositivo coletivo de reconstrução identitária e de aprendizagem democrática. A partir das fontes disponíveis, sugerimos que a mobilização sindical e a adoção de uma linguagem política mais radical podem ter contribuído para restabelecer, em determinados contextos, o sentido, a pertença profissional e a capacidade de ação coletiva.

Para desenvolver este argumento, o artigo baseia-se na análise documental de fontes hemerográficas regionais e de documentação sindical produzida na época, incluindo atas, comunicados e textos programáticos. Estas fontes permitem reconstruir os processos de organização do professorado madeirense, desde os grupos de estudo pré-revolucionários até à fundação formal do Sindicato dos Professores da Madeira, em 1978.

Ao privilegiar um caso insular frequentemente marginal na historiografia nacional, o artigo procura mostrar que a transição democrática não se processou de forma homogénea no território. A configuração tardia e fragmentada do sistema escolar madeirense, a centralidade do emprego público na economia regional e a emergência simultânea do movimento autonómico conferiram ao sindicalismo docente madeirense características específicas, que complexificam imagens excessivamente centradas nos processos ocorridos em Lisboa e no Porto.

Neste sentido, o artigo contribui para três debates interligados. Primeiro, para a compreensão dos legados autoritários na educação e do modo como estes influenciam as trajetórias profissionais no período pós-ditatorial. Segundo, para a sociologia do sindicalismo docente, mostrando como as reivindicações corporativas se articularam com projetos pedagógicos e políticos mais amplos. Terceiro, para a história social da democratização portuguesa, evidenciando o papel desempenhado por atores profissionais na transformação das instituições educativas.

A análise desenvolvida indica que o sindicalismo docente na Madeira pode ser entendido como um laboratório de profissionalidade democrática. Longe de constituir apenas uma resposta a problemas salariais ou administrativos, a organização sindical tornou-se um espaço de debate político, de redefinição da identidade docente e de experimentação de novas formas de participação coletiva nas escolas. Mais do que

descrever uma evolução linear rumo à institucionalização, o estudo procura evidenciar tensões, conflitos e disputas que atravessaram esse processo, tanto no plano organizativo como no plano das definições legítimas da profissão docente. O artigo organiza-se em quatro partes. A primeira apresenta o enquadramento teórico, discutindo os legados autoritários, as transformações da profissão docente e as tensões entre diferentes modelos de organização sindical. A segunda descreve a metodologia e as fontes utilizadas. A terceira analisa as diferentes fases do processo de organização sindical na Madeira entre 1974 e 1978. Por fim, a conclusão discute as implicações do estudo para a compreensão da democratização educativa em Portugal.

2. Enquadramento teórico: Legados autoritários e profissionalização docente em contexto de sindicalismo

2.1. Ditaduras, transições e o papel da educação

A literatura sobre transições democráticas tem sublinhado a relevância dos legados autoritários na configuração da qualidade democrática pós-transicional (Linz & Stepan, 1996; Pinto, 2008). No caso português, a natureza de rutura revolucionária distingue-o das transições reformistas espanhola e grega, implicando processos mais radicais de descontinuidade institucional e simbólica (Rosas, 2023). A educação emerge como campo privilegiado de disputa entre continuidade e transformação: se, por um lado, o Estado autoritário utilizou a escola como aparelho ideológico (Althusser, 1980) de reprodução da ordem social (Nóvoa, 1992), por outro, setores progressistas do professorado constituíram núcleos de resistência intelectual e de preparação pré-revolucionária (Correia, 2016; Ricardo et al., 2014).

A historiografia da educação portuguesa tem vindo a demonstrar, através de sucessivas investigações, que a instrumentalização da escola pelo Estado Novo constituiu um dos pilares estruturantes do regime autoritário. Nóvoa (1987, 1992) documentou exaustivamente como o professorado primário foi objeto de um processo deliberado de feminização e domesticação, transformando a docência numa *missão* submetida aos imperativos ideológicos do regime. O controlo exercido sobre os/as professores/as não se limitava à vigilância policial ou à censura dos conteúdos: estendia-se à própria construção da identidade profissional docente, através de dispositivos de formação, de recrutamento e de progressão na carreira que privilegiavam a obediência e a conformidade ideológica em detrimento da autonomia pedagógica (Nóvoa, 1987).

Stoer (1982, 1986), por seu turno, analisou criticamente as continuidades e ruturas entre o modelo educativo do Estado Novo e as reformas democratizadoras do pós-25 de Abril. Para Stoer (1986), a transição democrática portuguesa caracterizou-se por uma tensão permanente entre as pressões modernizadoras, impulsionadas pela integração europeia e pelas exigências da economia capitalista, e as resistências corporativas de um professorado que procurava afirmar a sua autonomia profissional face ao Estado. A emergência do sindicalismo docente nos anos 1970, neste quadro analítico, representou simultaneamente uma afirmação de classe, os/as professores/as como trabalhadores/as explorados/as, e uma reivindicação de estatuto profissional, gerando um hibridismo identitário que marcaria profundamente as décadas seguintes.

Teodoro (2001, 2006), prolongando esta linha de investigação, sublinhou que a profissão docente em Portugal se construiu historicamente num contexto de subordinação ao Estado e de fragilização do seu estatuto social e económico. Durante o Estado Novo, os/as professores/as, particularmente os/as do ensino primário, foram sistematicamente desvalorizados/as no plano remuneratório, sendo essa precarização salarial um instrumento deliberado de controlo político (Teodoro, 2001). A Revolução de Abril não representou apenas uma conquista de liberdades políticas; constituiu, no campo educativo, uma oportunidade histórica de rutura com o paradigma da subalternização docente, permitindo aos/às professores/as assumir-se como agentes ativos/as de mudança pedagógica e social.

Estudos comparados demonstram que regimes autoritários tendem a controlar rigorosamente o corpo docente através de mecanismos de recrutamento ideológico, de vigilância policial e de repressão seletiva (Canales Serrano, 2021; Paglayan, 2024). A Espanha franquista e a Argentina militarista oferecem paralelos instrutivos: em ambos os casos, processos de depuração docente (*purgas*) visaram eliminar dissidências e garantir a transmissão de valores nacional-católicos ou anticomunistas (Canales Serrano & Gómez Rodríguez, 2015; Kaufmann, 2017, 2018). Contudo, a literatura recente sobre resistência docente em contextos autoritários evidenciou a capacidade de agência dos/as professores/as, nomeadamente através do sindicalismo clandestino, do associativismo profissional e de redes informais de solidariedade (Van Leeuwen, 2019; Weingarten, 2025).

Além disso, situar a transição portuguesa no contexto ibero-americano mais amplo revela divergências significativas. Em Espanha, o aparelho educativo foi submetido a uma reforma tecnocrática abrangente em 1970, antes da transição para a democracia, o que criou um cenário paradoxal em que o regime adotou fórmulas progressistas enquanto ainda sobrevivia. Em contraste, a abertura política brasileira foi lenta, e a transição das associações de professores para sindicatos formais representou uma rutura gradual, impulsionada pela desvalorização salarial e pela necessidade de regular as lutas dos/as servidores/as públicos/as fora das estruturas oficiais do Estado. Neste panorama comparativo, a experiência portuguesa, particularmente o caso madeirense, destaca-se pela conjugação entre a rutura revolucionária e a ultraperiferia insular, em que o colapso rápido das estruturas administrativas criou um contexto de forte incerteza institucional para os/as docentes.

2.2. Proletarização, profissionalização e identidade docente

Um vetor analítico central para compreender o sindicalismo docente português reside na tensão entre a proletarização e a profissionalização. A tese da proletarização docente, originalmente formulada por Ozga e Lawn (1981) e desenvolvida por Apple (1986), postula que transformações estruturais no capitalismo tardio – intensificação do trabalho, perda de autonomia pedagógica, burocratização – aproximam os/as professores/as das condições objetivas do proletariado industrial. Em Portugal, autores como Stoer (1982) e Teodoro (2001) identificaram processos de precarização salarial e de arrocho remuneratório particularmente intensos nos anos finais do Estado Novo, afetando sobretudo os/as professores/as eventuais e provisórios/as, categoria numerosa que carecia de estabilidade contratual e de direitos sociais (Vieira, 2018).

Todavia, o movimento sindical docente português apresenta características que complexificam a tese proletarista clássica. Como argumentam Ricardo et al. (2014), os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário (GEPDES) não se limitaram a reivindicar melhorias salariais, mas desenvolveram um projeto de profissionalização política e pedagógica que articulava: (i) a democratização da gestão escolar; (ii) a autonomia curricular e pedagógica; (iii) a formação contínua; (iv) a participação na definição de políticas educativas. Esta conceção de profissionalização emancipatória distingue-se tanto da proletarização quanto do profissionalismo tecnocrático defendido pelo Estado autoritário, aproximando-se do que Lawn (1996) designou por "*new teacher professionalism*", um profissionalismo reflexivo, colegial e comprometido com a justiça social.

A especificidade do caso português, neste debate teórico, reside precisamente na conjugação de processos de proletarização material, manifesta na precarização salarial e na intensificação do trabalho docente, com aspirações de profissionalização emancipatória, num contexto de rutura revolucionária que abriu janelas de oportunidade política sem precedentes. Como demonstrou Stoer (1986), o sindicalismo docente português dos anos 1970 foi simultaneamente um sindicalismo de classe, que reivindicava melhorias económicas e denunciava a exploração laboral, e um sindicalismo profissional, que lutava pela autonomia pedagógica, pela democratização da gestão escolar e pela transformação dos conteúdos curriculares. Esta dualidade constitutiva explica muitas das tensões internas que atravessaram o movimento sindical docente, nomeadamente entre aqueles/as que privilegiavam a luta económica e aqueles/as que enfatizavam a dimensão pedagógica e política da profissão. Nóvoa (1992) situa esta tensão num horizonte histórico mais amplo, argumentando que a construção da identidade profissional docente em Portugal se realizou sempre num equilíbrio instável entre a lógica do funcionário público, subordinado ao Estado e desprovido de autonomia técnica, e a lógica do profissional liberal, detentor de um saber especializado e de prerrogativas corporativas. O sindicalismo revolucionário dos anos 1970, ao propor uma terceira via, a do professor como trabalhador intelectual e militante de transformação social, desafiou esse equilíbrio tradicional, sem, todavia, conseguir estabilizar um novo modelo de profissionalidade que superasse definitivamente o hibridismo histórico da profissão docente portuguesa.

Neste artigo, este quadro teórico é mobilizado para ler o caso madeirense, marcado por fortes assimetrias de habilitação, por trajetórias de precariedade e por intensos debates sobre profissionalização e carreira docente. Partimos, assim, de um eixo teórico central que articula legados autoritários, processos de profissionalização docente e emergência do sindicalismo. Outras ferramentas conceptuais, como a segurança ontológica, a microfísica do poder ou as dinâmicas de género, são utilizadas de forma situada, procurando iluminar dimensões específicas do caso madeirense, sem pretensão de construir um modelo teórico exaustivo.

2.3. Unicidade *versus* pluralismo sindical: A especificidade portuguesa

O debate sobre unicidade sindical constitui uma especificidade do sindicalismo português que merece enquadramento teórico. A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical (CGTP-

Intersindical), fundada clandestinamente em 1970 sob a influência hegemónica do Partido Comunista Português (PCP), defendeu historicamente o modelo de sindicato único por setor como garantia de unidade da classe trabalhadora e instrumento de defesa da "revolução" (Estanque & Costa, 2015; Varela, 2012). Este modelo, inspirado em conceções leninistas de organização proletária, opõe-se ao pluralismo sindical prevalecente na Europa Ocidental, onde coexistem centrais sindicais de diferentes orientações ideológicas.

No caso docente, a tensão entre unicidade e pluralismo manifestou-se em conflitos entre os sindicatos ligados à CGTP / Federação Nacional dos Professores (FENPROF) e a posterior emergência de sindicatos independentes ou ligados à União Geral de Trabalhadores (UGT), como o Sindicato Democrático dos Professores da Madeira (SDPM; fundado em 1990). Do ponto de vista analítico, esta clivagem pode ser lida, em termos gerais, como a oposição entre uma lógica de agregação de força face ao Estado e ao patronato, e uma lógica que enfatiza a diversidade de interesses no interior da classe trabalhadora e o direito democrático à organização autónoma (Offe & Wiesenthal, 1980). O contexto revolucionário (1974–1975) radicalizou esta tensão, transformando a organização docente num campo de batalha ideológico: de um lado, a defesa da unicidade sindical como garante de força de classe; do outro, a reivindicação do pluralismo, num clima marcado por acusações mútuas de divisionismo (Arquivo Regional da Madeira, 1975a, 1975b, 1975c) e de sectarismo ideológico ou estalinismo (Stoer, 1986). No caso madeirense, os debates sobre unicidade e pluralismo não foram apenas divergências organizativas, mas influenciaram a forma como os/as professores/as se percebiam enquanto corpo profissional unificado ou fragmentado, com implicações na construção da sua identidade coletiva.

2.4. A feminização do magistério e a rutura com o patriarcado de Estado

Além disso, qualquer análise sociológica rigorosa do movimento sindical docente português deve interrogar as profundas dinâmicas de género subjacentes à profissão. Ao longo do século XX, o ensino primário sofreu um processo de feminização em massa. O Estado Novo instrumentalizou deliberadamente esta mudança demográfica, apoiando-se em estruturas de poder patriarcais para garantir a docilidade do corpo docente. Como demonstra Nóvoa (1987), o contexto patriarcal condicionou fortemente as mulheres professoras, associando a sua identidade profissional a um ideal de missão materna e de dedicação doméstica, e desencorajando o envolvimento político ou comunitário.

O Estado autoritário fundiu, essencialmente, a figura da professora com o arquétipo da mãe obediente e apolítica. Neste quadro, a irrupção do movimento sindical a partir de 1974 pode ser lida como um momento de tensão com esse patriarcado de Estado, na medida em que abriu novos espaços de participação coletiva para um corpo profissional amplamente feminizado. Ao ocuparem assembleias públicas, redigirem comunicados militantes e assumirem papéis de liderança nas nascentes estruturas sindicais, algumas professoras desafiaram expectativas patriarcais de silêncio e domesticidade, reivindicando lugar na esfera pública. No caso da Madeira, como veremos adiante, a participação das professoras nas assembleias e nas estruturas sindicais, ainda que desigual e por vezes invisibilizada, constitui um indicador relevante de

reconfiguração das relações de género no interior da profissão. Dado o caráter fragmentário do *corpus* documental disponível, esta dimensão só pode ser captada de forma parcial, sendo abordada no artigo de modo exploratório e indiciário, e não como um eixo analítico autónomo.

3. Metodologia: Fontes, periodização e análise documental

A presente investigação adota uma abordagem histórico-documental qualitativa, centrada na análise sistemática de fontes hemerográficas regionais e de documentação produzida no âmbito do movimento sindical docente madeirense entre 1974 e 1978. O objetivo não é oferecer uma cobertura exaustiva de todos os acontecimentos do período, mas construir, a partir de um *corpus* delimitado e coerente, uma leitura interpretativa das dinâmicas de organização e de ação coletiva do professorado na Madeira em contexto de transição democrática.

O *corpus* hemerográfico é constituído por edições do *Jornal da Madeira* e do *Diário de Notícias da Madeira* publicadas entre 25 de abril de 1974 e 31 de março de 1978, consultadas no Arquivo Regional da Madeira. Neste universo, foram identificados e selecionados dezanove documentos com base em critérios de relevância temática: artigos de opinião, notícias, comunicados e convocatórias que faziam referência explícita a professores/as, grupos de estudo, estruturas pró-sindicais, atividades do Sindicato dos Professores da Madeira (SPM) ou ao debate público sobre a escola e a democratização do ensino. A seleção privilegiou peças em que os/as docentes surgem como sujeitos coletivos de ação, o que permitiu concentrar a análise nos momentos em que o professorado se torna visível como ator político e profissional.

O número restrito de documentos e a centralidade de fontes produzidas por atores diretamente envolvidos no processo sindical impõem limites claros às inferências possíveis. As interpretações avançadas devem, por isso, ser entendidas como hipóteses historicamente plausíveis, construídas a partir de um *corpus* qualitativamente denso, mas quantitativamente limitado.

TABELA 1

Grelha de identificação documental (*corpus* de análise)

N.º	Designação / Título do Documento	Tipologia / Natureza
1	Alerta da comissão pró-Sindicato de professores do Liceu do Funchal à população	Alerta / Comunicado público
2	Comunicado de um grupo de professores Pró-MFA[1] da Esc. Industrial e Comercial do Funchal	Comunicado / Tomada de posição
3	Texto sobre a profissionalização e carreira docente da Lista A do Sindicato dos Professores - Madeira	Texto de campanha / Documento temático
4	Comunicado da Lista A do Sindicato dos Professores - Madeira de apelo ao voto	Comunicado eleitoral / Apelo
5	Comunicado do CER[2] aos estudantes e professores progressistas	Comunicado

[1] Movimento das Forças Armadas
[2] Comité de Estudantes Revolucionários

N.º	Designação / Título do Documento	Tipologia / Natureza
6	Apelo à participação de docentes em assembleia para legalização de sindicato de professores	Convocatória / Apelo sindical
7	Comunicado do Sindicato dos Professores da Madeira sobre o acesso à sindicalização ser limitado aos professores com habilitação própria	Comunicado / Denúncia interna
8	Convocatória do Liceu Nacional do Funchal para assembleia de professores e ordem de trabalhos	Convocatória institucional
9	Exposição endereçada ao Governo Provisório pelo Sindicato Nacional de Professores	Exposição / Memorando político
10	Análise da atividade sindical do professorado, no ano 74/75, Núcleo do Liceu	Documento de análise crítica / Balanço
11	Programa para a atividade sindical do Sindicato dos Professores - Madeira	Programa sindical / Linhas de ação
12	Comunicado do núcleo de professores do Liceu sobre as eleições sindicais	Comunicado / Regulamento eleitoral
13	Exposição sobre a situação dos professores provisórios	Caderno reivindicativo / Exposição
14	Estatutos do Sindicato dos Professores - Madeira	Documento normativo / Anteprojeto
15	Boletim informativo N.º 1 do Sindicato Professores - Madeira	Imprensa sindical / Boletim informativo
16	Boletim da Lista A do Sindicato dos Professores - Madeira	Imprensa de campanha / Manifesto
17	Comunicado da Lista A do Sindicato dos Professores - Madeira (Focado nas condições de trabalho)	Comunicado / Diagnóstico de infraestruturas
18	Programa da Lista A do Sindicato dos Professores - Madeira	Programa eleitoral (Eleições 15 de dezembro 1978)
19	Perspetiva da História da Fundação do SPM (Livro comemorativo - 40 Anos)	Obra historiográfica / Compilação de recortes de imprensa

Fonte: Elaborado pelos/as autores/as.

A documentação sindical analisada integra, sobretudo, atas de reuniões, comunicados policopiados e textos programáticos produzidos pelos núcleos docentes e pela direção do SPM, bem como o *Ante-projeto de Estatutos* de 1976. Inclui também a Assembleia Constituinte de 12 de março de 1978, cuja ata, embora tenha sido inicialmente tratada como documentação institucional, é assumida neste estudo como fonte primária, por registar diretamente a voz dos/as protagonistas na definição do quadro organizativo do sindicato. O volume *Perspetiva da História da Fundação do Sindicato dos Professores da Madeira* (Vieira, 2018), editado pelo próprio sindicato, é mobilizado como fonte de memória institucional de natureza híbrida: combina elementos de reconstrução histórica com uma forte intencionalidade autolegitimadora, o que exige uma leitura crítica e situada das narrativas que apresenta.

A periodização proposta articula diferentes níveis de fonte e de análise. A fase de "fermento pré-revolucionário" (1971–abril de 1974) é predominantemente reconstruída a partir de literatura secundária sobre os GEPDES e o associativismo docente (Ricardo et al., 2014; Teodoro, 2001), complementada por referências pontuais na imprensa. As fases subsequentes – "rutura revolucionária" (abril

de 1974–novembro de 1975), "institucionalização" (1976–1977) e "maturidade institucional" (março de 1978) – assentam sobretudo nas fontes hemerográficas e sindicais contemporâneas aos acontecimentos. Esta distinção é importante para evitar a sobreposição de níveis analíticos: enquanto a primeira fase resulta de uma reconstrução historiográfica apoiada em estudos prévios, as restantes assentam mais diretamente na leitura dos documentos produzidos em contexto revolucionário.

As fontes sindicais analisadas são produzidas pelos próprios atores, assumindo uma natureza simultaneamente documental e memorial, com forte intencionalidade política e identitária. São, por isso, tratadas como fontes primárias, ainda que se reconheça a sua dimensão auto-legitimadora e a parcialidade inerente às narrativas de fundação. A imprensa regional, por seu turno, reflete alinhamentos políticos diferenciados e assimetrias de cobertura, o que implica cautela na extrapolação dos discursos publicados para a totalidade do campo docente.

A análise documental seguiu os procedimentos da análise de conteúdo temática tal como sistematizada por Bardin (2011), combinando momentos de leitura exploratória com fases de codificação categorial mais sistemática. As convocatórias, comunicados, atas e artigos de imprensa foram segmentados em unidades de registo (frases ou parágrafos) e codificados em torno de cinco eixos temáticos: (i) reivindicações socioprofissionais (condições de trabalho, salário, carreira); (ii) democratização escolar (gestão, participação, saneamento); (iii) descolonização curricular e crítica ao legado autoritário; (iv) construção de identidade profissional e sindical; (v) relações com o poder político regional e central. Estes eixos foram definidos de forma indutiva, a partir da leitura reiterada do *corpus*, e orientam tanto a organização da análise (Secção 4) como a formulação das principais interpretações.

As fontes mobilizadas são, em grande medida, produções discursivas situadas: jornais com alinhamentos editoriais diferenciados e documentos elaborados por atores diretamente envolvidos na mobilização docente. Em vez de serem tomadas como espelhos neutros da realidade, são tratadas como testemunhos interessados, atravessados por estratégias de legitimação, silêncios e omissões, o que implica uma leitura atenta às condições de produção e de circulação de cada documento. Esta opção metodológica permite, por um lado, captar a forma como os próprios protagonistas construíram narrativas sobre si e sobre o seu papel na transição democrática e, por outro, reconhecer que essas narrativas não esgotam a complexidade das experiências vividas.

O *corpus*, embora qualitativamente denso, é quantitativamente limitado, sobretudo no que respeita às atas internas e à documentação produzida fora dos grandes centros urbanos da Madeira. A inexistência, neste estudo, de entrevistas ou de outras fontes de história oral impede captar dimensões importantes da experiência docente, como trajetórias individuais, afetos, memórias silenciadas ou perceções divergentes face aos acontecimentos. Por essa razão, as interpretações avançadas ao longo do artigo devem ser entendidas como hipóteses historicamente plausíveis, construídas a partir das fontes disponíveis, e não como afirmações conclusivas sobre o conjunto do professorado madeirense. Esta explicitação não diminui a relevância do estudo, mas define com maior precisão o alcance das suas proposições.

4. Análise e discussão: Da clandestinidade à institucionalização sindical

4.1. Fase I - Génese pré-revolucionária: Os GEPDES como laboratórios de resistência intelectual

A reconstrução deste período baseia-se predominantemente em literatura secundária e em registos indiretos, uma vez que não dispomos de fontes hemerográficas ou sindicais sistemáticas anteriores a 1974 para a Madeira. O objetivo desta secção não é, por isso, descrever exaustivamente a realidade insular, mas situar o caso madeirense num quadro mais amplo de mobilização docente que se desenvolveu em Portugal nos últimos anos do Estado Novo.

A chamada "Primavera Marcelista" (1968–1974) representou uma tentativa de liberalização autoritária limitada que, inadvertidamente, criou janelas de oportunidade para a organização docente (Rosas, 2023). Em 1971, uma portaria ministerial autorizou a constituição de "grupos de estudo" para discussão de questões profissionais, medida destinada a cooptar setores moderados do professorado e prevenir mobilizações autónomas. Paradoxalmente, esta abertura permitiu a expansão dos GEPDES e, posteriormente, dos GEPDESP (Ensino Preparatório e Secundário; Ricardo et al., 2014).

Na Madeira, a adesão aos GEPDES foi, numa primeira fase, circunscrita aos/às professores/as efetivos/as dos liceus e escolas técnicas do Funchal, refletindo o perfil sociológico de uma *intelligentsia* pedagógica urbana e relativamente protegida. Para compreender o isolamento sociológico deste grupo, é necessário contextualizar o panorama educativo do período. Em 1970, a taxa de analfabetismo em Portugal situava-se em 25,7%. Em 1974, embora a frequência do ensino primário atingisse 85%, o acesso caía drasticamente nos ciclos seguintes, com apenas 5% dos/as jovens a frequentar o ensino secundário. Assim, os/as professores/as do ensino secundário que mobilizaram os grupos de estudo não representavam uma classe ampla e proletarizada, mas sim uma elite altamente restrita que servia uma fração minoritária da população. A subsequente massificação do ensino, que, em 2022, viu a frequência do ensino secundário atingir 88%, sublinha a magnitude do desafio democrático (Pordata, 2024). Durante o regime autoritário, a educação de massas foi concebida fundamentalmente para a formação do Estado e o controlo social, e não para a emancipação. A rápida radicalização destes/as professores/as de elite representa, portanto, um profundo paradoxo sociológico.

Todavia, as reuniões semipúblicas realizadas em espaços discretos permitiram a circulação de publicações críticas como os *Cadernos O Professor* (1971–1973) e a revista *O Professor* (1973–1974), que disseminavam teorias pedagógicas progressistas inspiradas em Paulo Freire, Célestin Freinet e António Sérgio. Estes materiais contribuíram para a construção de uma linguagem comum entre docentes politizados/as, fornecendo referências teóricas que mais tarde seriam apropriadas no debate sobre democratização escolar e profissionalização docente.

A génese dos GEPDES deve ser compreendida, seguindo a análise de Nóvoa (1992), como um movimento de contra-hegemonia pedagógica e política no interior de um aparelho escolar rigidamente controlado pelo Estado autoritário. Durante décadas, o Estado Novo investiu na construção de um

professorado *doméstico*, particularmente por meio da feminização do magistério primário, que Nóvoa (1987) interpretou como uma estratégia deliberada de desprofissionalização: às professoras era reservado o espaço privado da sala de aula, interditando-se-lhes o acesso à esfera pública e ao debate pedagógico. Os GEPDES, ao criarem espaços semipúblicos de discussão profissional, começaram a quebrar simbolicamente esse isolamento, prefigurando a emergência de uma nova identidade docente assente na reflexividade crítica e na ação coletiva.

Teodoro (2001) argumenta que os grupos de estudo representaram igualmente um laboratório de experimentação de formas alternativas de organização profissional, que anteciparam as estruturas sindicais nascidas após a Revolução. Ao apropriarem-se de discursos pedagógicos progressistas circulantes no espaço europeu, sobretudo as pedagogias ativas de matriz freinetiana e as teorias críticas da reprodução social, os/as professores/as envolvidos/as nos GEPDES construíram um repertório discursivo e uma gramática de ação que legitimaram, no pós-25 de Abril, a sua intervenção como agentes de transformação educativa. Este repertório, embora documentado sobretudo para o continente, constitui um pano de fundo indispensável para compreender a forma como, na Madeira, determinados setores docentes irão articular reivindicações pedagógicas e socioprofissionais a partir de 1974. A documentação hemerográfica consultada revela que o primeiro convite público aos/às professores/as do ensino primário do Distrito Escolar do Funchal surgiu em 12 de maio de 1974, apenas dezassete dias após o 25 de Abril, evidenciando a rapidez com que a rutura revolucionária desbloqueou constrangimentos à ação coletiva. Esta primeira reunião, realizada no Ateneu Comercial do Funchal a 19 de maio, reuniu cerca de 300 professores/as e elegeu uma Comissão *ad hoc* Pró-Sindical composta por cinco elementos (Jornal da Madeira, 1974a).

A 27 de junho de 1974, o Jornal da Madeira (1974b) publicou integralmente o "Caderno Reivindicativo dos Professores do Ensino Primário do Distrito do Funchal", documento estruturado em quatro eixos: (i) aspetos pedagógicos (autonomia curricular, formação contínua); (ii) administração (democratização da gestão escolar); (iii) previdência, vencimentos e subsídios (estabilidade contratual, equiparação salarial); (iv) regentes escolares (reconhecimento profissional das educadoras de infância). Este texto articula reivindicações corporativas com projetos de transformação pedagógica, evidenciando a dimensão profissionalizante do movimento para além da mera proletarização económica.

4.2. Fase II - Rutura revolucionária e "saneamento" das escolas (1974–1975)

A revolução de 25 de abril desencadeou, nas escolas madeirenses, um processo imediato de deslegitimação da autoridade vigente: caracterizado por ocupações de edifícios, pelo afastamento compulsivo de dirigentes associados/as ao Estado Novo e pela eleição, muitas vezes informal, de estruturas colegiais de gestão. Francisco (2024) documenta que, na Madeira, a chegada do tenente-coronel Carlos Azeredo ao Porto Santo, para garantir a segurança de presos políticos, simbolizou a tensão entre velhas estruturas de poder e o novo fervor revolucionário. No Funchal, a formação do Movimento Democrático de Madeira (MDM) e a nomeação de Fernando Pereira Rebelo como governador civil, figura conhecida pela sua oposição ao Estado Novo, criaram condições políticas para a desfascistização do espaço público e educativo.

O conceito de saneamento designa o afastamento de funcionários/as públicos/as comprometidos/as com a ditadura, nomeadamente elementos da PIDE/DGS e seus/suas colaboradores/as. Nas escolas, este processo foi conduzido por comissões de saneamento compostas por professores/as, estudantes e funcionários/as, frequentemente com apoio de militares do MFA (Pinto, 2008). Na Madeira, a imprensa regional registou múltiplas convocatórias de assembleias para discussão do saneamento e para eleição de direções democráticas, sugerindo que o tema se tornou um eixo estruturante da vida escolar nos anos de 1974–1975.

A par do saneamento institucional, o movimento docente madeirense envolveu-se ativamente na descolonização dos currículos. O Estado Novo difundira uma ideologia lusotropicalista que retratava o colonialismo português como excecionalmente benigno, apagando as violências do sistema colonial (Cahen & Matos, 2018; Gilroy, 1993; Teodoro, 2001). A revolução implicou uma "verdadeira revolução nos programas", sobretudo em História e Geografia, para eliminar conteúdos fascistas e colonialistas. Na Madeira, professores/as mobilizaram-se ainda pela supressão dos exames nacionais, denunciados como instrumentos de reprodução das desigualdades sociais e de elitismo meritocrático, e defenderam uma escola orientada para a autonomia e a emancipação, inspirada em autores como António Sérgio.

4.2.1. Insegurança e radicalização discursiva: Uma interpretação possível dos arquivos sindicais

Os documentos sindicais relativos ao chamado "verão quente" de 1975 sugerem que, em determinados núcleos escolares madeirenses, a transição democrática foi vivida menos como um percurso linear de libertação e mais como um processo marcado por incerteza, tensão e conflito. À distância e à luz das categorias de Giddens (2002), estes registos podem ser interpretados como indícios de fragilização da sensação de segurança ontológica de alguns/mas docentes, entendida como a confiança básica na continuidade das rotinas quotidianas e na estabilidade das narrativas de autoidentidade. Importa sublinhar, porém, que se trata de uma leitura construída a partir de um conjunto limitado de atas e comunicados, não sendo possível extrapolá-la de forma homogénea a todo o professorado madeirense.

Uma ata do núcleo do Liceu, datada de 28 de outubro de 1975, regista de forma particularmente expressiva o clima de desconfiança e de desgaste emocional que atravessava parte do corpo docente. Nela se lê que "o fantasma de saneamento pairou sobre alguns professores que passaram a andar perturbados. Gerou-se um ambiente tenso que só desmobilizou as pessoas e tirou discernimento aos espíritos. Estavam criadas as condições para que não se realizasse um trabalho eficiente" (Arquivo Regional da Madeira, 1975c). Este testemunho, produzido em contexto de autocrítica coletiva, permite entrever o impacto subjetivo dos processos de saneamento, frequentemente percecionados como ameaça latente, mesmo quando não se concretizavam em despedimentos efetivos.

Este tipo de formulações aproxima-se daquilo que Giddens (2002) descreve como fragilização de segurança ontológica, quando a interrupção brusca das rotinas institucionais torna mais visível a contingência da ordem social e expõe os indivíduos a sentimentos de vulnerabilidade. Durante décadas, o Estado Novo sustentara a sua autoridade em grande medida através de um quotidiano escolar rigidamente codificado, em que o/a professor/a desempenhava o papel de executor/a de programas e normas, mais do

que de agente autónomo. O colapso súbito dessa estrutura, entre 1974 e 1975, não significou apenas a queda de um regime, mas também a erosão de referências que, para muitos/as docentes, organizavam a sua vida profissional e a sua inserção social. É neste contexto que a categoria de insegurança ontológica se revela heurística para interpretar algumas das hesitações, medos e conflitos registados nas fontes, ainda que não possamos aceder diretamente às experiências subjetivas dos/as protagonistas.

Os documentos analisados sugerem também que os processos de saneamento funcionaram, na Madeira, não só como mecanismos formais de purga política, mas como poderosos dispositivos de controlo emocional, com efeitos duradouros na coesão do corpo docente. Na mesma ata de outubro de 1975, os delegados sindicais referem que reuniões inicialmente convocadas para organizar a ação coletiva degeneraram, por vezes, num "ambiente de mexeriquice e divisionismo que se estendeu à própria base, corrompendo, gradualmente, a confiança" (Arquivo Regional da Madeira, 1975c). A leitura cruzada destas passagens permite identificar uma tensão entre a retórica de unidade e a experiência concreta de fragmentação, tensão que será central na posterior institucionalização do SPM.

É neste cenário de instabilidade que emerge, nos comunicados e programas sindicais, a apropriação de um léxico marcadamente marxista e classista. O *Programa para a Actividade Sindical* (Arquivo Regional da Madeira, 1975b) recusa explicitamente a visão da escola como elevador social neutro e apresenta-a como aparelho ideológico ao serviço da reprodução das desigualdades de classe, afirmando que "numa sociedade burguesa, prepara-se (...) uma juventude com todas as características para continuá-la". Esta opção discursiva pode ser interpretada, por um lado, como alinhamento com a cultura política dominante no movimento sindical português do Processo Revolucionário em Curso (PREC) e, por outro, como um possível recurso de gestão coletiva da incerteza: ao reinscreverem a sua condição numa narrativa de luta de classes, os/as docentes encontravam uma gramática que dava sentido às dificuldades vividas e legitimava a sua ação enquanto "trabalhadores/as explorados/as". A relação entre insegurança e radicalização discursiva deve, contudo, ser entendida como hipótese de trabalho plausível e não como explicação única ou definitiva das motivações dos atores.

Esta leitura não exclui, antes complementa, as interpretações que salientam a continuidade de trajetórias políticas e culturais anteriores a 1974. A literatura sobre o processo revolucionário português tem sublinhado o peso das heranças dos movimentos de oposição ao regime, tanto ao nível dos repertórios de ação como das referências ideológicas (Accornero, 2009; Loff, 2024; Medina, 2008; Raby, 1990; Rosas, 2023). O próprio caso madeirense, com a presença dos Grupos de Estudo como precursores do sindicalismo docente, sugere que a adoção de um vocabulário marxista e a adesão a formas de ação coletiva não nasceram *ex nihilo* em 1974, mas se inscrevem em percursos militantes e redes de sociabilidade política mais longas, que este estudo apenas consegue captar parcialmente. Assim, a hipótese de que o discurso radical funcionou como mecanismo de *coping* frente à insegurança ontológica deve ser articulada com a ideia de que esse mesmo discurso exprime continuidades de culturas políticas que antecedem a rutura revolucionária.

Em síntese, as fontes disponíveis permitem identificar um entrelaçamento complexo entre medo do saneamento, desorganização institucional, fragmentação interna e radicalização discursiva no seio do

movimento docente madeirense. A categoria de insegurança ontológica é utilizada aqui como lente analítica situada, a par de outras dimensões, nomeadamente as tradições de militância pré-revolucionária e as especificidades da cultura política do PREC, para explorar esse entrelaçamento. Mais do que provar de forma definitiva que os/as professores/as adotaram um discurso radical para lidar com a insegurança, o que os materiais analisados permitem é formular essa hipótese de forma situada, reconhecendo a pluralidade de experiências e de motivações que atravessou o sindicalismo docente na Madeira entre 1974 e 1975.

4.3. Fase III - Institucionalização e tensões organizativas (1976–1977)

A aprovação da Constituição da República Portuguesa, em abril de 1976, marcou a passagem da fase revolucionária para a normalização democrática. O artigo 55.º consagrou o direito à livre sindicalização, pondo termo a quase meio século de proibição legal. Todavia, a concretização deste direito suscitou intensos debates acerca do modelo sindical adequado.

A CGTP-Intersindical, refundada legalmente em outubro de 1974, defendia o modelo de unicidade sindical: um único sindicato por setor profissional, garantindo a unidade da classe trabalhadora e evitando a fragmentação explorada por governos e empregadores (Estanque, 2005; Varela, 2012). Por seu turno, correntes social-democratas, católicas e liberais defendiam o pluralismo sindical como direito democrático fundamental, criticando a unicidade como um monopólio ideológico.

Na Madeira, esta tensão manifestou-se desde cedo. Um comunicado do executivo sindical do ensino primário, publicado no Jornal da Madeira em dezembro de 1974, manifestava "desconhecimento" de uma convocatória para assembleia de delegados sindicais de todos os setores, afirmando que o setor primário "já se encontrava organizado sindicalmente" e que aguardava a organização dos restantes setores para "trabalho conjunto". O episódio revela disputas de autoridade e ritmos de organização diferenciados entre os graus de ensino: o ensino primário, historicamente mais proletarizado e com maior tradição associativa (Nóvoa, 1987), avançara mais depressa do que os ensinos secundário, técnico e especial.

Os desafios insulares, o isolamento geográfico, a debilidade económica e a dispersão demográfica exigiram, ainda, dispositivos específicos. Em maio de 1977, a CGTP-Intersindical Nacional (CGTP-IN)[3] criou a Comissão de Apoio ao Movimento Sindical nas Ilhas (CAMSI), destinada a coordenar a atividade sindical na Madeira e nos Açores (Caldeira, 2019; Vieira, 2018). A CAMSI reconhecia que os sindicatos insulares enfrentavam "dificuldades muito mais acentuadas" do que os continentais, decorrentes da estrutura económica periférica e das dinâmicas autonómicas emergentes (Caldeira, 2019). A mediação exercida por esta comissão não incidia apenas sobre questões logísticas e de coordenação, mas também sobre a forma como os/as docentes das ilhas eram interpelados/as enquanto parte de uma classe trabalhadora unificada ou como um segmento periférico com especificidades próprias.

[3] Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, o movimento intersindical legalizou-se e, no seu 1.º Congresso, em 1975, adotou formalmente o nome de Intersindical Nacional (IN).

Neste contexto, a disputa entre unicidade e pluralismo sindical não se reduziu a um conflito organizativo abstrato. Para muitos/as docentes madeirenses, ela traduziu-se em diferentes modos de se pensar a si próprios/as enquanto corpo profissional: ora como um bloco homogéneo integrado na "unidade da classe trabalhadora" preconizada pela CGTP-IN, ora como um conjunto plural de trajetórias e sensibilidades que legitimava a existência de formas diferenciadas de representação. A construção da identidade sindical docente na Madeira fez-se, assim, num campo de tensão entre projetos de unificação e experiências de fragmentação, no qual as fronteiras do "nós" profissional se mantiveram em aberto e sujeitas a renegociação.

4.4. Fase IV - Maturidade institucional: A fundação formal do SPM (março de 1978)

O culminar do processo de institucionalização ocorreu em 12 de março de 1978, quando se realizou a Assembleia Constituinte do Sindicato dos Professores da Madeira no Auditório da Caixa de Previdência do Distrito do Funchal. A ata foi assinada por 280 sócios/as fundadores, representando professores/as de todos os graus e ramos de ensino (Vieira, 2018). A assembleia procedeu à ratificação dos Estatutos, previamente debatidos em múltiplos plenários setoriais ao longo de 1977.

Os Estatutos do SPM, forjados no calor do PREC, consagravam: (i) a natureza de sindicato de âmbito regional (Zona da Madeira), com uma vocação unitária que antecipava a integração numa futura estrutura nacional (a vir a ser a FENPROF) e o alinhamento de classe com a Intersindical; (ii) um modelo organizativo que evoluiu para uma estrutura por setores de ensino, coordenado democraticamente; e (iii) objetivos que transcendiam o corporativismo, combinando a defesa socioprofissional com a 'luta por um ensino democrático' e a solidariedade expressa ao lado de todos/as os/as trabalhadores/as na luta contra todas as formas de exploração e de opressão (Arquivo Regional da Madeira, 1976). A análise discursiva destes Estatutos evidencia uma hibridização entre linguagem corporativo-profissional e linguagem classista-revolucionária, refletindo a composição sociológica heterogénea do sindicato (Estanque & Costa, 2015).

Para captar a profundidade da rutura epistemológica operada pelo movimento sindical nascente, submetemos o *Ante-projeto de Estatutos* de 1976 a uma análise de conteúdo categorial (Bardin, 2011). A codificação das unidades de registo permitiu isolar três eixos estruturantes que redefinem a ontologia docente: a Identidade (transição para *trabalhador*), a Teleologia (a escola como ferramenta de classe) e a Praxiologia (a organização como arma de combate).

A análise de conteúdo do *Ante-projeto de Estatutos* do SPM, aprovado em 1976, permite identificar uma arquitetura ideológica coesa, estruturada em torno de três eixos principais: a redefinição da identidade profissional, a politização dos fins da educação e a codificação de uma praxiologia assente na democracia de base e na conflitualidade social organizada. No plano historiográfico, o documento inscreve-se claramente na cultura política do PREC, apropriando-se do léxico classista que, nesse contexto, atravessava o movimento sindical português em geral. No entanto, a forma como este léxico é reconfigurado no campo específico da docência madeirense revela um uso particularmente intenso das categorias de "trabalhador", "classe" e "exploração", que não surge apenas como decalque discursivo, mas também como instrumento de reconstrução identitária num contexto marcado pela anomia e pelo colapso das antigas rotinas institucionais.

Em primeiro lugar, os artigos iniciais deslocam explicitamente o professorado do estatuto tradicional de funcionário público ou "missionário" do Estado para a condição de "trabalhadores docentes", cuja organização tem por finalidade a "defesa dos interesses dos seus associados (...) enquanto trabalhadores docentes". Esta insistência no léxico do trabalho e da classe, reiterada em diversas formulações estatutárias, traduz, no plano sociológico, uma rutura com a imagem do/a professor/a como funcionário/a dócil ao Estado, presente na gramática corporativa do Estado Novo, que apresentava o/a professor/a como servidor/a desinteressado/a da Nação, e não como sujeito de direitos laborais. Ao inscrever o sindicato no universo do movimento operário e ao sublinhar a "unidade de todos os trabalhadores do ensino", o texto rompe com uma identidade estritamente corporativa e despolitizada, reconfigurando o/a professor/a como parte de um coletivo mais amplo de trabalhadores/as em confronto com o Estado e o patronato público.

Em segundo lugar, os Estatutos formulam uma teleologia inequívoca para a ação sindical no campo educativo. Longe de conceberem a escola como instância neutra ou mero serviço público, os artigos dedicados aos objetivos do sindicato definem como propósito central a luta por "um ensino democrático e livre" e por "uma pedagogia progressista (...) ao serviço das classes trabalhadoras", articulando a democratização interna da escola com um projeto mais amplo de transformação social. Ao ligar a defesa das condições de trabalho docentes à "formação de uma mentalidade consciente e crítica", o texto estatutário aproxima-se claramente das pedagogias críticas de matriz marxista e das leituras da escola como aparelho ideológico, enquanto rompe com a tradição autoritária de uma escola orientada para a reprodução de hierarquias sociais e políticas. Neste sentido, a teleologia inscrita nos Estatutos confirma que o SPM nasce não apenas como estrutura de reivindicação corporativa, mas também como ator político que disputa o sentido social da escola pública na Madeira pós-revolucionária.

Por fim, a dimensão praxiológica dos Estatutos consagra um modelo de ação sindical ancorado na democracia interna e na legitimidade dos plenários, bem como na aceitação da conflitualidade social como recurso legítimo. A possibilidade de recurso à greve, explicitamente prevista como decisão "deliberada em plenário", a valorização dos órgãos de base e a referência reiterada à solidariedade com "todos os trabalhadores na luta contra todas as formas de exploração e de opressão" indicam que o sindicato se concebe como sujeito coletivo de confronto com o poder político e patronal, e não como mero interlocutor técnico ou parceiro consultivo. A exclusão explícita de interesses patronais e a rejeição de formas de colaboração consideradas corporativas reforçam esta lógica de antagonismo de classe.

Em conjunto, estes elementos mostram que o *Ante-projeto de Estatutos* não se limita a regular a vida interna do SPM; funciona, assim, como um dos principais enquadramentos discursivos através dos quais os/as docentes madeirenses procuraram redefinir a sua identidade profissional no pós-25 de Abril.

Ao inscrever-se como sindicato de âmbito regional, com uma vocação unitária que antecipava a integração numa futura estrutura nacional ligada à Intersindical, o SPM posicionou-se claramente no campo da unicidade sindical. Esta opção não foi neutra no plano identitário: implicou que os/as professores/as madeirenses se vissem a si próprios/as não apenas como funcionários/as da administração regional, mas como parte de uma classe trabalhadora mais ampla, cuja unidade era apresentada como condição de eficácia política. Em

contrapartida, as críticas posteriores à unicidade e a emergência de sindicatos alternativos viriam a reabrir o debate sobre a possibilidade de identidades docentes plurais, ancoradas em projetos sindicais concorrentes.

5. Conclusões: Legados, desafios e agendas futuras de investigação

A análise da emergência do sindicalismo docente na Madeira entre 1974 e 1978 permite-nos revisitar a transição democrática portuguesa para além das grandes narrativas institucionais. Os arquivos do SPM e a imprensa regional sugerem que a democracia não foi uma outorga do 25 de Abril, mas uma construção dolorosa, forjada na tensão entre o legado autoritário e a utopia revolucionária.

Os dados aqui mobilizados apontam para a relevância do período 1974–1978 na configuração da identidade sindical docente moderna na Madeira, ainda que outras pesquisas possam vir a complexificar esta leitura. Através da transição dos GEPDES clandestinos para o SPM institucionalizado, torna-se possível vislumbrar um processo em que muitos/as professores/as deixam de se posicionar apenas como funcionários/as do Estado autoritário para se afirmarem como cidadãos/ãs ativos/as e profissionais reflexivos/as, desempenhando um papel central na descolonização da escola portuguesa e na concretização da democracia em contexto escolar insular.

Empiricamente, o estudo oferece uma cartografia sistemática do sindicalismo docente madeirense baseada em fontes hemerográficas. A periodização proposta e a identificação de padrões discursivos específicos permitem compreender a complexidade de um movimento que articulou interesses materiais a utopias emancipatórias, sem pretender esgotar a diversidade de trajetórias existentes.

No plano teórico, o caso madeirense contribui para aprofundar a teoria dos legados autoritários (Pinto, 2008), evidenciando que as trajetórias pós-transicionais não dependem apenas de variáveis estruturais (tipo de regime, modo de transição), mas também da capacidade de agência de atores coletivos como os sindicatos docentes. A natureza de rutura da transição portuguesa criou condições excecionais para que professores/as se apropriassem de espaços de poder (como as escolas) e influenciassem políticas públicas – fenómeno menos nítido em transições reformistas como a espanhola ou a grega (Linz & Stepan, 1996).

O estudo apresenta, contudo, limitações, como a dependência de fontes hemerográficas, que restringem o acesso às dinâmicas internas do sindicato. Contudo, futuras investigações poderão recorrer à história oral, à análise mais densa de arquivos internos do SPM e a estudos comparativos entre a Madeira e o continente, bem como explorar a dimensão de género no sindicalismo docente e os legados contemporâneos face às políticas neoliberais.

Num contexto internacional marcado pela emergência de autoritarismos eleitorais e de populismos de direita que atacam a autonomia docente e a liberdade académica (Levitsky & Ziblatt, 2019; Weingarten, 2025), a experiência histórica do sindicalismo docente português – e, em particular, madeirense – oferece lições relevantes. Ela sugere que formas de sindicalismo enraizadas em práticas de participação colegial e em projetos pedagógicos democráticos podem constituir um recurso importante na defesa da escola pública

e na resistência à erosão da democracia. À luz das fontes analisadas, é possível sustentar que o sindicalismo docente madeirense funcionou como um laboratório de profissionalidade emancipatória. A passagem da clandestinidade (GEPDES) para a institucionalização (e.g., SPM) serviu para mitigar a anomia profissional vivida no verão quente de 1975. A pesquisa demonstrou que o medo do saneamento e a instabilidade contratual funcionaram simultaneamente como fontes de ansiedade e como fatores de mobilização, encorajando muitos/as docentes a investir na ação coletiva. A apropriação do discurso da luta de classes permitiu a alguns/mas docentes ressignificar a sua posição: de funcionários/as passivos/as do Estado Novo a trabalhadores/as do ensino com ambições de intervenção política.

O presente estudo inscreve-se numa tradição historiográfica consolidada que, desde os trabalhos seminais de Nóvoa (1987, 1992), Stoer (1982, 1986) e Teodoro (2001, 2006), tem procurado compreender as metamorfoses da profissão docente em Portugal como um processo intimamente articulado com as transformações políticas, económicas e culturais da sociedade portuguesa. A análise do caso madeirense permite, todavia, complexificar essa historiografia, ao evidenciar como as dinâmicas de uma ultraperiferia insular, marcada pelo isolamento geográfico, pela fragilidade económica e pelas especificidades político-administrativas, geraram trajetórias singulares de mobilização docente e de construção identitária profissional.

Ao contrário do que uma leitura centralista poderia sugerir, os/as professores/as madeirenses não se limitaram a replicar os modelos organizativos e discursivos oriundos do continente. A documentação analisada indica que se apropriaram seletivamente de repertórios revolucionários e sindicalistas, adaptando-os às condições locais e às urgências específicas de uma região que procurava afirmar a sua autonomia política face ao poder central (Francisco, 2024). Esta capacidade de agência local, num contexto de constrangimentos estruturais profundos, dialoga diretamente com as teses de Stoer (1986) sobre a relação tensa entre centro e periferia na implementação de políticas educativas em Portugal, revelando que os processos de mudança educativa não são lineares nem uniformes, mas atravessados por resistências, negociações e reapropriações criativas que os atores locais operam sobre os discursos e dispositivos emanados do centro.

Por outro lado, a reconstrução da génese do SPM dialoga empiricamente com a tese de Teodoro (2001) sobre o papel fundacional da Revolução de Abril na profissionalização docente em Portugal. Antes de 1974, os/as professores/as madeirenses, à semelhança dos/as seus/suas congéneres continentais, encontravam-se numa situação de atomização profissional, de precarização salarial e de subordinação ideológica ao Estado autoritário. A Revolução criou condições políticas e simbólicas para que esses/as professores/as se constituíssem como atores coletivos, reivindicassem direitos laborais, interviessem na definição de políticas educativas e, sobretudo, ressignificassem a sua identidade profissional, ainda que nem todos aderissem com a mesma intensidade ao projeto de "profissionalização emancipatória" aqui descrito.

Para além da dimensão territorial, o caso madeirense evidencia que os debates nacionais sobre unicidade e pluralismo sindical tiveram efeitos concretos na autoperceção do professorado. A forma como o SPM se posicionou no campo da unicidade e como, mais tarde, surgiram alternativas organizativas, influenciaram as maneiras de definir quem estava incluído no "nós" docente e que tipo de unidade se pretendia construir,

acrescentando uma camada importante à compreensão da identidade profissional dos/as professores/as. Em suma, este estudo confirma que os legados autoritários continuaram a condicionar as subjetividades docentes muito para além da queda do regime, mas mostra também a capacidade de resiliência dos atores locais que, num contexto de dupla periferia (insular e profissional), souberam transformar a incerteza em organização coletiva. Para a historiografia da educação, o caso madeirense sublinha a necessidade de integrar a dimensão emocional e micropolítica na análise das transições democráticas, articulando estruturas, culturas políticas e experiências vividas.

Agradecimentos: *Os autores agradecem ao Sindicato de Professores da Madeira (SPM) pelo consentimento informado prestado ao projeto, bem como pelo acesso ao material de arquivo. Projeto: "O poder do protesto. A Revolução de Abril e a construção do movimento sindical docente português (1974–1979)", financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (Referência 2024.13368.PEX).*

Financiamento: *Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Projeto UID/PRR2/04114/2025, "Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento", financiado pela FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia: https://doi.org/10.54499/UID/PRR2/04114/2025, e do Projeto UID/04083/2025, "Centro de Investigação em Educação da Universidade da Madeira", financiado pela FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia: https://doi.org/10.54499/UID/04083/2025.*

Referências bibliográficas

Accornero, Guya (2009). *Efervescência estudantil estudantes, acção contenciosa e processo político no final do Estado Novo (1956-1974)* [Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa]. Repositório ULisboa. http://hdl.handle.net/10451/321

Althusser, Louis (1980). *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado* (3.ª ed.). Editorial Presença.

Apple, Michael W. (1986). *Teachers and texts: A political economy of class and gender relations in education*. Routledge.

Arquivo Regional da Madeira. (1975a, dezembro 3). *Sindicato de professores - Núcleo do liceu: Comunicado*. [Documento policopiado]. Fundo do Sindicato dos Professores da Madeira (Cota CFOLP/933).

Arquivo Regional da Madeira. (1975b, novembro 26). *Programa para a actividade sindical.* [Documento policopiado]. Fundo do Sindicato dos Professores da Madeira (Cota CFOLP/936).

Arquivo Regional da Madeira. (1975c, outubro 28). *Análise da actividade sindical do professorado, no ano 74/75, núcleo do liceu*. [Documento policopiado]. Fundo do Sindicato dos Professores da Madeira (Cota CFOLP/942).

Arquivo Regional da Madeira. (1976, maio 14). *Sindicato dos Professores Zona da Madeira: Ante-projecto de estatutos*. [Brochura]. Fundo do Sindicato dos Professores da Madeira (Cota CFOLP/938).

Bardin, Laurence (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Cahen, Michel, & Matos, Patrícia F. (Eds.). (2018). New perspectives on luso-tropicalism / Novas perspetivas sobre o luso-tropicalismo [Special Issue]. *Portuguese Studies Review*, *26*(1).

Caldeira, Filipe (2019). O movimento sindical na ilha da Madeira através dos arquivos da CGTP-IN. *Arquivo Histórico da Madeira – Nova Série*, *1*, 453–477. https://ahm-abm.madeira.gov.pt/index.php/ahm/article/view/11

Canales Serrano, Antonio Francisco (2021). Education in Spain under the Franco Regime, 1936–1975. *Oxford Research Encyclopedia of Education*, *9*. https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190264093.013.1692

Canales Serrano, Antonio Francisco, & Gómez Rodríguez, Amparo (Eds.). (2015). *La larga noche de la educación española: El sistema educativo español en la posguerra*. Biblioteca Nueva.

Correia, Luís Grosso (2016). *Récita do liceu: O Liceu Rodrigues de Freitas/D. Manuel II no Estado Novo*. Edições Colibri.

Estanque, Elísio (2005). Trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, *71*, 113–140. https://doi.org/10.4000/rccs.1023

Estanque, Elísio, & Costa, Hermes Augusto (2015). *o sindicalismo português e a nova questão social: Crise ou renovação?* Almedina.

Francisco, Ana G. (2024). *O pós-25 de Abril no arquipélago da Madeira e a sua representação na literatura memorialística* [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório da UNL. https://run.unl.pt/handle/10362/170227

Giddens, Anthony (2002). *Modernidade e identidade*. Jorge Zahar.

Gilroy, Paul (1993). *The black Atlantic: Modernity and double consciousness*. Verso.

Jornal da Madeira. (1974a, dezembro 19). *Comunicado do executivo sindical*. Arquivo Regional da Madeira.

Jornal da Madeira. (1974b, junho 27). *Caderno reivindicativo dos professores do ensino primário*. Arquivo Regional da Madeira.

Kaufmann, Carolina (Dir.). (2017). *Dictadura y educación. Tomo 1: Universidad y grupos académicos argentinos (1976–1983)*. FahrenHouse.

Kaufmann, Carolina. (Dir.). (2018). *Dictadura y educación. Tomo 2: Depuraciones y vigilancia en las universidades nacionales argentinas*. FahrenHouse.

Lawn, Martin (1996). *Modern times? Work, professionalism and citizenship in teaching* (1st ed.). Routledge. https://doi.org/10.4324/9780203974414

Levitsky, Steven, & Ziblatt, Daniel (2019). *How democracies die. What history reveals about our future*. Penguin Books.

Linz, Juan J., & Stepan, Alfred (1996). *Problems of democratic transition and consolidation: Southern Europe, South America, and post-communist Europe*. Johns Hopkins University Press.

Loff, Manuel (2024). A revolução portuguesa (1974-1976), um modelo específico de democratização no século XX. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, *133*, 13–34 https://doi.org/10.4000/11pr1

Medina, Teresa (2008). *Experiências e memórias de trabalhadores do Porto: A dimensão educativa dos movimentos de trabalhadores e das lutas sociais* [Tese de doutoramento, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da UPorto. https://hdl.handle.net/10216/24348

Nóvoa, António (1987). *Le temps des professeurs: Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIIIe–XXe siècle)* (2 Vols.). Instituto Nacional de Investigação Científica.

Nóvoa, António (1992). A educação nacional (1930-1960). In Fernando Rosas (Coord.), *Portugal e o Estado Novo (Nova História de Portugal)* (pp. 455–519). Editorial Presença.

Offe, Claus, & Wiesenthal, Helmut (1980). Two logics of collective action: Theoretical notes on social class and organizational form. *Political Power and Social Theory*, *1*(1), 67–115.

Ozga, Jennifer, & Lawn, Martin (1981). *Teachers, professionalism and class: A study of organized teachers* (1st ed.). Routledge. https://doi.org/10.4324/9781315225548

Paglayan, Agustina (2024). *Raised to obey: The rise and spread of mass education*. Princeton University Press.

Pinto, António C. (2008). Political purges and state crisis in Portugal's transition to democracy, 1975-76. *Journal of Contemporary History*, *43*(2), 305–332. http://www.jstor.org/stable/30036508

Pordata. (2024). *Pordata faz retrato do país: 50 anos de democracia em números*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. https://ffms.pt/sites/default/files/2024-04/2024%2004_17_PR_5%20DD_vf.pdf

Raby, Dawn Linda (1990). *A resistência antifascista em Portugal: Comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar, 1941-1974*. Edições Salamandra.

Ricardo, Maria Manuel C., Duarte, Rosa S., & Silva, Maria Lurdes (2014). *Percursos do associativismo e do sindicalismo docentes em Portugal, 1890–1990*. Edições Universitárias Lusófonas.

Rosas, Fernando (2023). *Ensaios de Abril*. Tinta da China.

Stoer, Stephen R. (1982). *Educação, Estado e desenvolvimento em Portugal*. Livros Horizonte.

Stoer, Stephen R. (1986). *Educação e mudança social em Portugal. 1970-1980 uma década de transição*. Edições Afrontamento.

Teodoro, António (2001). *A construção política da educação: Estado, mudança social e políticas educativas no Portugal contemporâneo*. Edições Afrontamento.

Teodoro, António (2006). *Professores, para quê? Mudanças e desafios na profissão docente*. Profedições.

Van Leeuwen, Fred (2019). Teachers, public education, and organized labor: Helping democracy thrive. *American Educator*, *43*(4), 29–33. https://www.aft.org/ae/winter2019-2020/vanleeuwen

Varela, Raquel (Coord.). (2012). *Revolução ou transição? História e memória da Revolução dos Cravos*. Bertrand.

Weingarten, Randi (2025). *Why do fascists fear teachers: Public education and the future of democracy*. Thesis.

Vieira, Ana F. (2018). *Perspetiva da história da fundação do Sindicato dos Professores da Madeira*. Sindicato dos Professores da Madeira.